

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO da
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

Diretor: Francisco S. O. Mazzucca
Vice-Diretor Acadêmico: Abraham Laredo Sicsú
Vice-Diretor Administrativo: Fernando de Souza Meirelles
Chefia do NPP: Fábio Luiz Mariotto
Comissão de Pesquisas e
Publicações: Abraham Laredo Sicsú
Carlos Osmar Bertero
Fábio Luiz Mariotto (Presidente)
Gisela Black Taschner
Luiz Antônio de Oliveira Lima
Rubens da Costa Santos
William Eid Júnior

Impresso na Xerox Document Center da EAESP-FGV
Coordenação: Seiji Okuda
Editoração: Divisão de Editoração e Gráfica - DEG
Capa: Sônia da Silva Okuda

RESUMO

A pesquisa examina as transformações ocorrentes na composição e no papel do setor Terciário da economia brasileira, decorrentes do processo de modernização tecnológica e da crescente globalização das relações internacionais. Avalia inicialmente aspectos teóricos sobre o papel das atividades terciárias no contexto econômico, como absorvedora de mão-de-obra, ou propiciando a infra-estrutura básica e a complementariedade necessária para o desenvolvimento dos demais setores. Examina em seguida, de forma empírica, o comportamento do setor Terciário brasileiro no contexto global do sistema econômico, em comparação com os setores Primário e Secundário, e a estrutura ocupacional dos serviços nas empresas e entre os autônomos. Finalmente, analisa as diferenças regionais no comportamento das atividades de serviços entre as regiões do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

Serviços; Setor terciário; Emprego; Estrutura ocupacional; Desenvolvimento econômico; Tecnologia.

ABSTRACT

The research investigates the changes in the composition and in the role of the Tertiary Sector of the Brazilian economy, due to the technological modernization process and to the growing of international globalization. In the first place, it evaluates theoretical aspects about the role of tertiary activities in economic context, as absorbing workers and as providing basic substructure and the necessary complementarity to the development of the other sectors. In sequence, it empirically investigates the evolution of the Brazilian Tertiary Sector in a comparison with the Primary and Secondary sectors, and also the occupational structure of the services inside and outside the enterprises. Finally, it analyses the regional differences in evolution of the services activities among regions in Brazil.

KEY WORDS

Services; Tertiary sector; Employment; Occupational structure; Economic development; Technology.

SUMÁRIO

I. O projeto de pesquisa.....	3
1. Introdução.....	3
2. Objetivos da investigação.....	6
3. Metodologia de investigação.....	7
II. Resultados da pesquisa.....	8
1. Considerações teóricas.....	8
1.1. Conceituação e classificação do setor de serviços.....	8
1.2. Hipóteses sobre o desenvolvimento da economia de serviços.....	13
2. Constatações empíricas.....	18
2.1. O Setor Serviços no contexto econômico global.....	18
2.2. A composição dos gêneros de serviços.....	24
2.3. A distribuição regional dos serviços.....	29
2.4. A estruturação ocupacional nos serviços.....	32
2.5. A composição ocupacional dos trabalhadores autônomos.....	35
III. Considerações Finais.....	43
IV. Bibliografia.....	45

EVOLUÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO BRASILEIRO

Anita Kon*

I. O PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

A característica básica das atividades terciárias é representada pela simultaneidade entre fornecimento do serviço e consumo, isto é, o fato de essas etapas estarem contidas em espaços de tempo coincidentes faz com que o produto desses serviços não se revista de caráter aparentemente durável. Ainda quando a atividade é executada com vistas à produção de outros setores, como é o caso de transportes ou reparação e conservação de bens duráveis, o consumo dos serviços se exaure no momento de sua execução e nada tem a ver com o consumo dos objetos sobre os quais eles se aplicaram. Essa característica inerente à natureza das atividades terciárias conduz a concepções diferentes sobre o seu caráter produtivo ou não, sobre a geração direta e indireta de riquezas induzida pelos serviços, ou ainda pela relevância destas atividades no contexto da estrutura econômica de uma nação.

A visão dos teóricos sobre a produção terciária e sua valoração, desde os Fisiocratas no século 17, até o período mais recente, tem evoluído e se aperfeiçoado à medida que estas atividades passaram a exercer um papel cada vez mais relevante no decorrer do desenvolvimento econômico das sociedades e particularmente atreladas ao processo de industrialização, que se intensificou neste século e assumiu maior velocidade após a Segunda Guerra Mundial¹.

* Agradecimentos ao aluno que participou da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliar de pesquisas, Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão.

¹ Para maiores detalhes veja-se Kon (1992).

É também discutido na literatura econômica o papel indutor do desenvolvimento representado pelas atividades industriais, para as quais se dirigem inicialmente o capital e a mão-de-obra excedentes, oriundos do meio rural. Este fenômeno foi amplamente comprovado nos países desenvolvidos, mas não é completamente aceito para as economias menos avançadas, onde este imigrante se dirige inicialmente para atividades terciárias que exigem menor qualificação, uma vez que não está preparado para assumir postos de trabalho que exijam requisitos superiores de capacitação. Por outro lado, é reconhecido que existe um limite para a ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e conseqüente absorção de mão-de-obra, face a fatores como limites do mercado interno e externo, rigidez de coeficientes técnicos nas funções de produção. Assim, as atividades terciárias em um primeiro momento se desenvolvem atendendo a funções intermediárias complementares ao processo de industrialização e modernização agrícola, porém em épocas posteriores do desenvolvimento se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão-de-obra que não encontram oportunidades nos outros setores. Neste caso, tais atividades criam seu próprio mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação.

Portanto, a evolução das atividades terciárias se verifica em países de níveis diversos de desenvolvimento, tanto nas economias mais avançadas em que o grau de integração produtiva é amplo e a industrialização já se apresenta estruturada e “amadurecida”, quanto nas economias economicamente menos integradas e em fases mais incipientes de industrialização. Por outro lado, estas atividades podem absorver um número crescente de ocupados, mesmo em situações conjunturais de estagnação ou crise econômica, tendo em vista a capacidade da criação de ocupações autônomas ou no mercado informal da economia.

O conhecimento da evolução das atividades de serviços, qualificando setorialmente as mudanças na geração de produto, na produtividade e na absorção da força de trabalho, permite estabelecer um paralelo com o processo de industrialização e com o grau de modernização de uma sociedade, por um lado, e por outro, evidenciar o papel destas atividades no decorrer do desenvolvimento da realidade econômica em questão.

As atividades terciárias, como visto, têm um papel preponderante na dinâmica do sistema produtivo, contribuindo direta ou indiretamente para o desenvolvimento econômico, e “amortecendo” problemas estruturais ou conjunturais do mercado de trabalho, dada a capacidade de multiplicação de serviços que demandam pouco ou nenhum capital e mão-de-obra menos qualificada.

Nas economias menos desenvolvidas, verifica-se muitas vezes, a ocorrência de transformações mais rápidas do que as que ocorreram em economias mais maduras, tendo em vista a necessidade de “queimar” etapas, no sentido de diminuir a defasagem em relação aos países mais avançados e possibilitar a competitividade internacional. Isto se verificou também no Brasil², nos períodos iniciais de desenvolvimento da industrialização, particularmente a partir da década de cinquenta, quando a evolução dos serviços teve a função específica de complementar as atividades secundárias e atender a uma população que se urbanizou intensamente, atraída pelas oportunidades crescentes de emprego. Neste período, o comportamento relevante dos serviços foi no sentido de estabelecer economias de aglomeração, que acabaram por resultar na concentração de capital, recursos humanos e materiais em pólos regionais específicos.

No entanto, observa-se entre várias regiões do país, comportamentos diferenciados no que se refere ao grau de desenvolvimento econômico, que pode ser mensurado pela renda *per capita*, e que se reflete em (ou é reflexo de) composições também diferenciadas da estrutura das atividades de serviços. Estas diversidades são resultado das diferentes espacialidades, ou seja, das especificidades espaciais do país, que são derivadas não apenas de condicionantes históricos e da dotação de recursos naturais, mas também da base macro-social de cada espaço, composta por uma gama de interrelação entre ambientes políticos, culturais, de participação e econômicos³. A partir da década de oitenta, as políticas econômicas governamentais restritivas, voltadas para a estabilização econômica, situaram o país em um processo conjuntural desfavorável a investimentos produtivos. No entanto, a observação sobre a absorção de trabalhadores no setor terciário revela a continuação das taxas de crescimento.

² Veja-se Kon (1992), Cacciamali (1983) Faria (1986) e Zockun e outros (1986).

³ Para maiores detalhes consulte-se Kon (1990).

Em pesquisas anteriores⁴, sobre as atividades terciárias examinou-se a evolução destas atividades desde o período de desenvolvimento industrial da década de cinquenta, até os fins dos anos oitenta, a maior parte das quais utilizaram o volume de pessoas ocupadas, como indicador da evolução deste setor, tendo em vista a dificuldade da disponibilidade de informações de outra ordem. No entanto, a partir do início dos anos noventa, sob a determinação das políticas governamentais de estabilização, a economia brasileira sofreu alterações consideráveis, na busca de um ajustamento aos pontos de estrangulamento e da resolução de problemas estruturais, que devem ter repercutido fortemente no comportamento das atividades de serviços.

Assim, as formas de ajustamento, destas atividades terciárias às medidas governamentais, seja como setor equilibrador do nível de emprego do mercado de trabalho, seja como fornecedoras de uma infra-estrutura que propicie a retomada da modernização econômica, ainda não foram devidamente examinadas no país, e constituem o fulcro das análises desta pesquisa.

2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo global desta pesquisa foi atualizar e aperfeiçoar o conhecimento sobre a evolução das atividades terciárias no Brasil, envolvendo um período a partir da década de oitenta até o período mais recente, que corresponde ao ano de 1993, ano em que foram disponíveis as informações estatísticas. A finalidade da análise é verificar o papel destas atividades no contexto do sistema econômico - no período em que as prioridades das medidas governamentais estavam voltadas para a estabilização econômica - por um lado, enquanto geradora de produto e absorvedora de mão-de-obra e por outro, como propiciando a infra-estrutura básica e a complementariedade necessária para o desenvolvimento dos demais setores.

⁴Kon (1992), Cacciamali (1991), Souza (1991).

Os objetivos intermediários que constituem as fases componentes de análise do objetivo global foram os seguintes:

- 1) Examinar as constatações mais recentes da literatura nacional e internacional sobre as transformações ocorrentes na composição e no papel do setor terciário, em decorrência da globalização crescente da economia e do aumento da velocidade da modernização tecnológica observadas na atualidade.
- 2) Avaliar o comportamento do setor Terciário brasileiro, no contexto global do sistema econômico, ou seja, em uma comparação com o comportamento dos setores Secundário e Primário.
- 3) Examinar as diferenças regionais na evolução das atividades terciárias no Brasil.

3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O processo de investigação percorreu as seguintes fases:

- a) Levantamento bibliográfico, leitura, análise e redação sobre as idéias mais recentes sobre o papel o setor terciário na atualidade;
- b) Levantamento bibliográfico, leitura e análise sobre as políticas governamentais implantadas no Brasil no período em estudo;
- c) Coleta de informações, crítica e tabulação dos dados estatísticos. As fontes utilizadas foram os Censos Demográficos, Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios-PNADs e Contabilidade Nacional do IBGE, Secretaria da Fazenda do Estado e Fundação SEADE.
- d) Exame das informações e análise dos resultados, em uma comparação com as considerações teóricas e sobre as políticas governamentais.

A pesquisa foi desenvolvida em seis meses, a partir da aprovação do projeto pelo NPP, em julho de 1995, percorrendo as fases abaixo discriminadas.

Pesquisador: Profa Anita Kon

- a) Primeiro mês: levantamento bibliográfico, leitura e análise das teorias mais recentes sobre o papel do setor terciário no desenvolvimento da economia.
- b) Segundo mês: levantamento bibliográfico, leitura e análise sobre as políticas governamentais implantadas no país no período analisado;
- c) Terceiro mês: pesquisa, coleta e crítica das informações estatísticas;
- d) Quarto mês: tabulações dos dados estatísticos;
- e) Quinto mês: análise dos resultados, comparação das informações estatísticas com as idéias teóricas encontradas na literatura;
- f) Sexto mês: Conclusões das análises e redação do relatório final da pesquisa.

Auxiliar de Pesquisa: Mestrando Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão

- a) Primeiro mês: levantamento bibliográfico, leitura e discussões com a pesquisadora sobre o setor terciário;
- b) Segundo mês: levantamento bibliográfico, leitura e discussões com a pesquisadora sobre as políticas governamentais do país no período analisado;
- c) Terceiro mês: pesquisa e coleta de informações estatísticas;
- d) Quarto mês: pesquisa, coleta e tabulações de informações estatísticas;
- e) Quinto mês: tabulações de informações estatísticas.
- f) Sexto mês: discussões com a pesquisadora sobre a análise dos resultados e as conclusões e auxílio na datilografia do relatório final.

II. RESULTADOS DA PESQUISA

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1. Conceituação e classificação do setor de serviços

As atividades de serviços consideradas nesta pesquisa referem-se ao conjunto de unidades de produção (empresas ou estabelecimentos) cuja atividade principal é oferecer um serviço, e correspondem à noção estatística de ramo de produção. Este conceito é diverso da consideração de ocupações terciárias (serviços de escritório ou burocráticos), que também são encontradas nos ramos da indústria e da agropecuária.

A partir desta consideração, os serviços podem ser definidos como atividades econômicas que produzem utilidades relacionadas ao tempo, lugar, forma e benefícios psicológicos. Exemplificando, o serviço doméstico por um profissional, pode economizar o tempo de uma pessoa que o contrata e que está engajada em outro tipo de trabalho. As lojas de departamentos fornecem bens reunidos em um local mais facilmente utilizado pelo consumidor. Os serviços de informática colocam ao consumidor uma série de informações em uma forma melhor utilizável. Uma peça de teatro oferece os benefícios psicológicos de entretenimento. Dessa forma, as atividades de serviços por um lado facilitam a produção e a distribuição de bens e por outro lado atendem a necessidades da vida pessoal dos indivíduos.

Uma outra visão da definição de serviços observa o contraste com a produção de bens. Definindo um bem como um objeto tangível que pode ser produzido em um momento e vendido posteriormente, os serviços são definidos como intangíveis e perecíveis, ou seja, são criados e consumidos simultaneamente, ou quase que no mesmo momento. No entanto, muitas vezes não fica exatamente clara a distinção entre bens e serviços. Se, por exemplo, o consumidor se dirige a um restaurante tipo “fast-food”, é possível discutir-se se irá para comprar a comida já preparada, ou para adquirir os serviços da preparação e distribuição da mesma.

Por outro lado, alguns bens só podem ser consumidos a partir da disponibilidade conjunta de alguns serviços, como por exemplo, a compra de um aparelho de televisão está associada à disponibilidade dos serviços de transmissão dos programas. Portanto, em alguns casos, é difícil distinguir-se se uma firma que se constitui exclusivamente em uma produtora de bens, ou incorpora uma indústria de serviços, e em qual ramo de produção deve ser considerada. Qual deveria ser a categoria de uma padaria que fabrica seu próprio pão e o distribui, porém distribui também outros bens fabricados por outras firmas? A compra de carpetes por um consumidor, por exemplo, pode ser efetuada diretamente junto à produtora de carpetes que vendem e instala o seu produto, ou junto a uma distribuidora que pode contratar os serviços de um colocador de carpetes. Nesse sentido, a classificação das empresas como compondo a produção de bens ou serviços, tem sido tema de discussões e de propostas de taxonomias diversas⁵.

⁵ Para bibliografia adicional sobre taxonomias consulte-se Murdock (1990), p. 5.

Existe um “spectrum” contínuo de firmas cuja proporção de produtos tangíveis e não tangíveis é variável. Uma outra definição de uma empresa de serviços é baseada no produto do sistema produtivo em que se insere, ou seja, define um serviço como pertencente a um sistema produtivo que se classifica em uma das seguintes classes⁶: a) Classe 1- quando o produto do sistema é consumido simultaneamente com sua produção, como no caso de tratamento médico, cabeleireiro, cinema entre outros; b) Classe 2 - quando o produto do sistema é a informação ou energia que pode ser estocada em algum equipamento para ser usada posteriormente, como no caso de uma firma de assessoria que estoca resultados de pesquisas em arquivos, disquetes de computador, e os vende em outro período de tempo, ou uma empresa de distribuição de gás engarrafado; c) Classe 3 - O produto do sistema é de fornecer atividades de apoio que facilitam a atividade de uma outra empresa ou família, como no caso da decoração de interiores, atividades financeiras, consultoria, transportes e comunicações, entre outras. Na maior parte das vezes, a definição das atividades de serviços é formulada como complementação das atividades econômicas de um sistema produtivo, como resíduo ou as atividades que não compõem os setores de manufatura, extração vegetal e mineral, e o setor primário.

Em suma, os critérios frequentemente utilizados para identificar as atividades terciárias⁷ podem ser resumidos nas características descritas em seguida. Os serviços são observados como produzindo produtos intangíveis e perecíveis (desde que são consumidos no ato da produção e não podem ser estocados); no entanto em alguns casos como no caso de uma peça de teatro, os efeitos do serviço podem ser desfrutados pelo consumidor por muito tempo após sua produção. Existe um alto contato entre consumidor e produtor (fisicamente ou através de constante comunicação remota) e frequentemente o consumidor participa no processo de produção do serviço (aulas de ginástica, restaurantes), e dessa maneira não obrigatoriamente as atividades, seguem um padrão rígido estabelecido pois em grande parte das vezes se amolda à demanda momentânea do consumidor; porém em casos como a maior parte dos serviços públicos, estão disponíveis o tempo todo, mesmo quando não são diretamente utilizados.

⁶ Conforme definição em Murdock (1990), p.23.

⁷ Uma série de autores que se dedicaram a pesquisar estes critérios, como os estudos e Snyder, Cox e Jesse (1982) e Zeithaml, Parasuraman e Berry (1985).

Além do mais, a qualificação ou habilidade do produtor é vendida diretamente ao consumidor, e os serviços nem sempre podem ser produzidos em massa. As firmas de serviços são comumente ditas trabalho-intensivas. No entanto, quanto à intensidade do trabalho, observa-se que à medida do progresso tecnológico e do avanço da informática nos processos de serviços, alguns gêneros de serviços assumem processos fortemente baseados em equipamentos e com baixa intensidade de trabalho, por outro lado a própria natureza de alguns serviços requer uma alta proporção de capital fixo no processo produtivo. Dessa forma alguns autores dividem as atividades de serviços de acordo com a intensidade de capital e trabalho, em serviços baseados em equipamentos e baseados em mão-de-obra. No primeiro caso encontram-se os serviços automatizados de vendas através de máquinas (alimentos, refrigerantes, cigarros, passagens de metrô, lavagem de automóveis, por exemplo), serviços cujos equipamentos são monitorados por operadores não necessariamente altamente qualificados (cinema, taxis, entre outros) e equipamentos operados por pessoal altamente qualificado (computadores, aerolíneas, etc.). No que se refere aos serviços altamente baseados em mão-de-obra e pouca intensidade de capital, estão os que demandam mão-de-obra não qualificada (zeladores, serviços de limpeza, carregadores), os que requisitam trabalho qualificado (reparação de eletrodomésticos e de outros equipamentos, encanadores) e serviços profissionais (advogados, contadores, economistas, médicos).

É estabelecido comumente que as instalações das atividades terciárias são localizadas de forma descentralizada e próxima ao consumidor, o que resultou numa proliferação de pequenas firmas de serviços, ou grandes firmas com unidades de produção descentralizadas geograficamente, dispersas pelos mercados consumidores. No entanto, a introdução de meios de comunicação avançados e da informática no processo de distribuição de serviços, tem possibilitado que o contato entre produtor e consumidor se faça a longas distâncias, como é o caso do comércio em que a escolha e o pedido da mercadoria é efetuado através de catálogo impresso ou via computador, e a entrega através de transporte de carga. Outro exemplo, é dos serviços bancários efetuados a longa distância via computador.

As medidas de eficiência são subjetivas e o controle de qualidade envolve o consumidor⁸ e está embutido no processo de produção, pois o serviço frequentemente não pode ser controlado e rejeitado pelo produtor antes de ser efetuado. Portanto, as opções de preços são amplas e frequentemente fogem ao controle rígido ou a padrões teoricamente estabelecidos. No entanto, os preços são baseados em critérios como: a) uma tarifa média, onde o preço é negociado antes do serviço ser efetuado como a redação de um livro ou um programa de treinamento; b) uma tarifa de contingência, como em processos judiciais, que dependem dos resultados do julgamento; c) uma tarifa fixa, como a de uma manicure ou os serviços de uma faxineira; d) tempo e material empregados no processo de produção são considerados; e) apenas tempo é considerado, quando apenas mão-de-obra entra no processo; f) custo mais uma tarifa fixa; g) uma tarifa fixa ou uma taxa variável com o tempo ou a quantidade de serviços recebidos, como no caso do processamento de dados⁹.

Embora nem todos os serviços apresentem todas estas características ao mesmo tempo, as atividades terciárias comportam ao menos algumas destas características, em diferentes graus de intensidade.

Tendo em vista a heterogeneidade da natureza dos serviços, e da possibilidade de critérios diferenciados de classificação, as discussões a este respeito prosseguem incorporando uma visão mais avançada da variedade de serviços novos e inovados que estão surgindo na atualidade, a partir da inovação tecnológica (video-texto, tele-conferências, telefones celulares, comércio via computadores), o aumento da participação do consumidor nas operações de serviços (auto-serviço em postos de gasolina, produtos empacotados para serem montados pelo consumidor, video-tapes em substituição a cinemas), e da criação de novas necessidades resultantes da globalização econômica, verificada intensamente desde a década de oitenta. No entanto, para efeito de compatibilização internacional, a maior parte das estatísticas dos países utilizam a classificação definida pela “Standard Industrial Classification” (ISIC), formulada por um grupo de especialistas de vários países, reunidos pela ONU para este fim¹⁰.

⁸ De modo diferente do que o efetuado em uma manufatura, onde o próprio produtor pode efetuar o controle de qualidade de seu produto, no processo de produção ou através de uma amostragem do produto acabado.

⁹ Conforme Murdock (1990), p.34.

¹⁰ A classificação da ISIC também é utilizada pelo IBGE, e em tabulações especiais desta pesquisa.

Assim, esta classificação considera quatro categorias de empresas de serviços, que produzem: a) serviços distributivos, que inclui a distribuição física de bens (Comércio atacadista e varejista), a distribuição de pessoas e cargas (Transportes) e a distribuição de informação (Comunicações); b) serviços sem fins lucrativos, que constituem a Administração Pública e outras organizações como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais, clubes; c) serviços às empresas, que oferecem serviços intermediários para os demais setores, onde se incluem as Atividades Financeiras, serviços de Assessoria legal, contábil, de informática e outras, e corretagem de imóveis; e d) serviços ao consumidor, que consiste numa gama ampla de serviços sociais e pessoais oferecidos a um indivíduo, na maior parte para ressaltar a qualidade de vida, como os serviços de Saúde, Ensino, restaurantes, serviços de lazer e outros pessoais e familiares.

1.2. Hipóteses sobre o desenvolvimento da economia de serviços

As atividades terciárias caracterizam-se por uma produção imaterial, no entanto, segundo um enfoque capitalista, são consideradas produtivas, desde que qualquer atividade que faz jus a uma recompensa monetária é considerada produtiva por definição. Dessa forma, agregam valor ao produto da economia, ao gerarem seja a remuneração do trabalho apenas, seja esta remuneração acrescida de um excedente operacional ou lucro¹¹. A capacidade de geração de produto e de emprego revelada crescentemente por estas atividades em economias avançadas ou em fase de desenvolvimento, atinge níveis consideráveis, colocando em questão o papel representado por estes serviços no contexto da moderna economia, que tende a se caracterizar mais como uma Economia de Serviços, correspondendo à fase pós-industrial de evolução sócio-econômica.

O termo de economia pós-industrial é amplamente utilizado para denotar uma economia de serviços que decorre do desenvolvimento de uma economia manufatureira. Esta mudança, que nos Estados Unidos foi denominada certas vezes de “macdonaldização da América”, nem sempre é vista como desejável, por estudiosos que ainda consideram

¹¹ Este valor pode ser mensurado e expresso pelo agregado econômico Produto Interno Bruto.

a indústria como o “motor do crescimento”. Estes autores defendem a idéia de que os empregos no setor serviços não geram o mesmo grau de desenvolvimento econômico que as manufaturas, desde que são menos produtivos e implicam em menores rendimentos. Estas afirmações são baseadas em pesquisas empíricas¹², que mostram que naquele país, desde a década de sessenta, os empregos em serviços no setor privado pagam cerca de 90% da média dos empregos nas manufaturas. Por outro lado, revelam que o setor manufatureiro é responsável por cerca de 96% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento da economia, que resulta na fonte de crescimento da produtividade, fator-chave do desenvolvimento econômico. Além do mais, em 1988, cada emprego no setor manufatureiro criava três outros empregos na economia norte-americana, ao contrário dos empregos no setor de serviços, que não apresentavam este efeito multiplicador.

Embora as sociedades se dirijam para o crescimento do setor de serviços, alguns economistas questionam a elevação do consumo de serviços, enfatizando que as estatísticas mostram o declínio das compras de serviços pelos consumidores das famílias como proporção dos gastos totais nas últimas duas ou três décadas, particularmente em países em desenvolvimento¹³. Explicam este fenômeno como decorrente do que é denominado como um processo sociotécnico, o “cost disease”, ou seja, tendo em vista o crescimento da produtividade do trabalho no setor manufatureiro, os salários tendem a crescer neste setor, como recompensa pelo valor agregado excedente gerado; por outro lado existe um processo de barganha coletiva por igualação de salários da economia, que atinge o setor de serviços pelo argumento da equidade. No entanto, a produtividade deste setor não se eleva com a mesma velocidade e montante do setor manufatureiro e o financiamento da elevação dos salários é repassado aos preços dos serviços. Portanto este processo leva ao encarecimento proporcional dos serviços e à diminuição da demanda por produtos do setor, que são substituídos pelo “auto-serviço”, quando existir esta possibilidade. Embora este processo de crescimento relativo dos custos dos serviços não seja inevitável, parece existir uma forte tendência de crescimento dos preços dos serviços de consumo familiar.

¹² Veja-se Murdock (1990). Cap. 1, p.3.

¹³ Gershuny (1990).

A visão acima é considerada como pessimista pelos pesquisadores que observam as vantagens relativas e os benefícios das economias de serviços, como por exemplo a melhor resistência às mudanças cíclicas da economia que podem ocasionar fases críticas de desenvolvimento, desde que, de um modo global, os serviços não demandam tantos investimentos em ativos fixos, ou em estoques, que podem deprimir os preços e causar perdas durante recessões econômicas.

A evolução do setor Terciário de uma economia está relacionada por um lado, a fatores intrínsecos ao desenvolvimento destas atividades, particularmente no que se refere à demanda por serviços da economia, e que teriam como resposta o reinvestimento no próprio setor, do excedente operacional gerado, mas por outro lado também ao comportamento de fatores exógenos. Entre estes condicionantes externos salientam-se:

- o volume e a velocidade de liberação da mão-de-obra das atividades rurais da região e de outras regiões, que se dirigem às áreas urbanas;
- o nível de habilitação da mão-de-obra rural que se dirige à zona urbana;
- a evolução quantitativa e qualitativa das atividades do setor Secundário, que requerem a ampliação e a modernização de serviços complementares;
- a capacidade do setor Secundário do país de absorver esta mão-de-obra rural liberada;
- a geração de um excedente operacional de outros setores econômicos que deve ser realocado para as atividades de serviços;
- a existência de uma infra-estrutura econômica concentrada em uma região, que oferece economias externas para a localização de novas atividades econômicas.

Estes fatores exógenos encontram respaldo na capacidade do setor Terciário de uma economia absorver a mão-de-obra oriunda de outros setores, tanto a não-qualificada quanto a de maior qualificação, e na possibilidade do setor expandir as atividades informais em períodos de menor atividade econômica ou de recessão.

Considerando-se o papel do setor Terciário no decorrer do desenvolvimento econômico de uma sociedade, nas fases iniciais do processo, fica clara a idéia da associação da urbanização acelerada ao crescimento das atividades de serviços, que denota o início das mudanças na estrutura produtiva, características da transição de um sistema

econômico de baixa produtividade per capita, para outro de produtividade mais elevada. O deslocamento da população rural para os centros mais avançados é ao mesmo tempo causa e efeito da realocação do excedente de capital acumulado nas atividades agropecuárias para outras atividades mais rentáveis, outro fator característico do desenvolvimento.

É discutido na literatura econômica¹⁴ o papel das atividades secundárias enquanto indutoras do desenvolvimento, para as quais se dirigiriam inicialmente o capital e a mão-de-obra oriundos do meio rural; a dinâmica de transformações na estrutura produtiva assim iniciada se difundiria posteriormente para o setor Terciário da economia. Este fenômeno foi amplamente comprovado nos países mais avançados, mas alguns teóricos defendem a idéia de que em economias em desenvolvimento o imigrante rural dirige-se primeiramente ao setor terciário, para atividades que não exigem alta capacitação, no sentido de adquirir o preparo adequado para assumir atividades que requisitam maior habilitação, deslocando-se posteriormene para o setor Secundário. Por outro lado, é amplamente reconhecido que existe um limite para a velocidade de ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e para a conseqüente absorção de mão-de-obra neste setor, particularmente nestes países menos avançados, em virtude do próprio tamanho do mercado interno e externo para o consumo de produtos manufaturados, bem como da rigidez dos coeficientes técnicos das funções de produção, além da capacidade de poupança interna necessária para esta evolução.

Assim, se as atividades terciárias se desenvolvem atendendo a funções intermediárias complementares dos demais setores, em situações diversas se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão-de-obra excedentes, que não encontram oportunidades nos outros setores; neste caso, tais atividades partem à procura de seu próprio mercado. Para isso concorrem a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação.

Dessa forma, na atualidade, a ênfase dada ao estudo das economias se dirige amplamente para a “Economia de Serviços”, ou para a “Indústria de Serviços”, examinada

¹⁴ Para maiores detalhes consulte-se Kon (1992).

paralelamente às transformações ocorrentes na denominada “Economia Industrial”, ou seja no contexto “Pós-Industrial” ou “Superindustrial”, tendo em vista que em grande parte das economias em fase de desenvolvimento e nas economias avançadas, cerca de 50% dos custos de produção referem-se a insumos de serviços, e acima de 50% do produto gerado e dos empregos envolvidos são relacionados ao setor serviços¹⁵. Assim, o termo “Economia de Serviços” abre o caminho para a percepção sobre o relevante papel destas atividades na geração de renda e riqueza das economias na modernidade. Este novo papel, trouxe consigo a necessidade de reformulação de antigos conceitos e um melhor entendimento sobre a complexidade do setor e a natureza dos relacionamentos com os demais setores econômicos e dos agentes que contribuem para a produção e o consumo dos serviços, relacionamentos estes que assumem uma diferente conotação quando comparados aos da economia visualizada como fortemente calcada no desenvolvimento industrial.

A realocação setorial dos fatores de produção em direção às atividades terciárias, nas fases iniciais e secundárias do processo de desenvolvimento, se faz por meio da concentração em um espaço econômico delimitado, no sentido de propiciar economias externas tanto a outras empresas quanto à coletividade. Esta concentração favorece a modernização econômica, ao diluir os gastos e os riscos quando as atividades reúnem um fundo comum, bem como ao disseminar o crescimento para o restante da economia através de canais específicos.

Além desses fatores, transformações marcantes pelas quais passaram as economias no processo industrial particularmente após a Segunda Guerra Mundial, tiveram consequências consideráveis no processo de terciarização associado ao desenvolvimento econômico global. O processo de concentração e centralização de capital exigiu uma reestruturação na administração e no controle das empresas, implicando a necessidade da criação de uma rede de empresas de serviços auxiliares que fundamentassem novas formas de organização. Em segundo lugar, a internacionalização do capital por meio da multinacionalização das empresas aumentou a demanda por serviços externos às mesmas (atividades financeiras, de contabilidade, de informações de assessoria jurídica, etc.),

¹⁵ Giarini (1987).

de apoio a seu financiamento, tanto nos países de origem quanto nos países hospedeiros. Ainda mais, com o desenvolvimento de alta tecnologia, seguido da criação de empresas multidivisionais e a crescente complexidade dos sistemas organizacionais nas grandes empresas, estas têm recorrido à terceirização dos serviços, o que leva ao crescimento da terciarização da economia.

Embora o crescimento do setor de serviços revele uma situação de mudança estrutural análoga a que ocorreu na fase de reorganização da economia rural para industrial, no entanto, alguns autores chamam a atenção para o fato de que em algumas sociedades, as mudanças consideráveis em direção à terciarização, ocorrem com mais ênfase no emprego e não no produto¹⁶.

2. CONSTATAÇÕES EMPÍRICAS

2.1 O Setor Serviços no contexto econômico global.

Ao avaliar-se o desempenho do produto gerado pelo setor de serviços da economia brasileira, observa-se o papel de complementariedade destas atividades em relação à evolução das atividades industriais, em períodos de desenvolvimento econômico, particularmente nos centros polarizadores, e nos períodos de recessão ou estagnação, a capacidade de ampliação dos serviços representou uma válvula de escape para parte da população liberada de outros setores, que embora muitas vezes permanecendo subempregada, continuou contribuindo para a geração de produto.

A Tabela 1 retrata a evolução do setor de serviços no Brasil¹⁷, no contexto da economia como um todo e face aos setores rurais e industriais. Desde o período de início do processo de industrialização brasileira da década de cinquenta, até o ano de 1980, o

¹⁶Fuchs (1968).

¹⁷Para as análises empíricas é utilizado o Produto Interno Bruto como indicador da produção.

crescimento real médio anual da produção dos serviços, acompanhou a média de crescimento global da economia. Nestas décadas, a expansão global das atividades secundárias, impulsionada por políticas governamentais de incentivo e protecionistas, alcançou taxas reais consideráveis, entre 7% a 9% ao ano, embora alguns setores manufatureiros mostrassem um crescimento superior a 12%, particularmente nos anos setenta. Neste período, a taxa de expansão dos serviços de apoio às atividades industriais e agropecuárias é superior aos serviços que visavam o atendimento direto da população, como será analisado posteriormente, tendo em vista que a oferta de empregos no setor secundário, ainda absorvia grande parte da mão-de-obra rural que emigrava para a cidade, não se observando um considerável excedente de trabalhadores que se dirigissem ao terciário por não encontrarem colocação nas indústrias. Por outro lado, a modernização agropecuária, com aceleração da capitalização do setor, que resultou em um crescimento da produção agrícola em torno de 11% nos anos setenta, requeria a difusão de uma série de serviços de armazenagem e distribuição.

Tabela 1

Taxas reais de crescimento anual do PIB segundo os setores

Brasil

1950-94

(%a.a)

SETORES	1950-60	1960-70	1970-80	1980-83	1983-90	1990-94
TOTAL	6,9	6,8	9,4	-3,1	3,3	2,3
Primário	4,4	4,4	10,7	-8,9	2,6	3,7
Secundário	8,9	7,0	9,0	-1,9	2,8	1,9
Terciário	6,9	6,8	9,5	2,7	3,9	2,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e IBGE.

Nos anos de 1980 a 1983, com a situação econômica conjuntural adversa¹⁸ e como consequência das políticas governamentais de ajuste, a produção do país apresentou

¹⁸Para maiores detalhes sobre a situação econômica do período, veja Kon, Anita (1992), opus cit., Cap. 3.

taxas negativas de evolução, porém o produto do setor de serviços continuou crescendo - embora a taxas consideravelmente inferiores dos períodos anteriores - em decorrência da concentração nessas atividades, da mão-de-obra subempregada, oriunda dos demais setores, que passou a trabalhar seja como autônoma ou sem carteira de trabalho assinada, ligada ao setor formal da economia, com salários inferiores aos demais assalariados, seja no mercado informal. As taxas consideravelmente negativas do setor primário refletem, além do mais, uma situação de seca no Nordeste, quando se verificou um deslocamento considerável de trabalhadores rurais para setores urbanos, alocando-se mais intensamente em serviços de baixa produtividade. No entanto, a partir de 1984, a atividade econômica apresentou uma recuperação, culminando em 1986 com uma aceleração em decorrência do Plano Cruzado que temporariamente aqueceu a demanda, para nos anos seguintes se observarem novamente taxas menores de crescimento anual do produto, e para alguns setores industriais, taxas negativas. Como consequência, o produto global, de 1983 até o final da década, acusou um crescimento médio anual de 3,3% para o país como um todo, enquanto os serviços cresceram em quase 4% ao ano.

No início da década de noventa, as fortes medidas estabilizadoras tiveram como resultado a considerável queda da atividade econômica da economia brasileira, observando-se até 1994 uma taxa de crescimento anual do produto gerado pelos serviços de apenas 2,3%, inferior à absorção de trabalhadores no setor, porém que se situava na média da evolução média do país, tendo em vista que as atividades industriais foram as que observaram menores taxas de crescimento do produto. Neste período o setor de atividades primárias revelou as maiores taxas de crescimento, embora não muito consideráveis.

Tabela 2

Participação percentual do PIB segundo os setores

Brasil

1950-94

(%)

SETORES	1950	1960	1970	1980	1983	1990	1994
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100
Primário	26,6	22,6	10,2	13,0	9,8	9,1	13,0
Secundário	23,6	25,2	36,3	34,0	33,5	34,3	34,3
Terciário	49,8	52,2	53,5	53,0	56,7	56,6	52,7

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e IBGE.

O exame da composição setorial do produto do país, apresentada na Tabela 2, revela a importância relativa do setor de serviços no processo de desenvolvimento econômico. No decorrer do desenvolvimento das atividades industriais, a partir da década de 50, a participação dos serviços na composição setorial veio aumentando constantemente, até o ano de noventa. A forte concentração do produto no setor de serviços no ano de 1950, de quase metade do produto gerado pelo país, evidenciava que, mesmo anteriormente ao início da industrialização acelerada que então se iniciava, a produção de serviços visava o atendimento do escoamento e comercialização de produtos primários, desenvolvendo nesta primeira etapa, serviços de infra-estrutura de transportes, e financeiros, mas também que o capital acumulado na agropecuária não era ainda consideravelmente reuplicado no próprio setor ou na indústria, mas ainda se destinava grandemente ao consumo de bens de luxo importados aqui comercializados, como herança de uma mentalidade da era colonial.

No auge do processo de industrialização, quando a produção secundária alcançou acima de 36% do produto brasileiro, a participação dos serviços neste produto também evoluiu, atingindo cerca de 54% em 1970. Até meados da década de setenta, período em que as atividades secundárias expandiram consideravelmente sua representatividade no produto gerado, o aumento paralelo da produção de serviços representou um papel complementar a estas atividades; no entanto, nos anos posteriores de recessão econômica, particularmente a partir de 1980, o continuado aumento da participação da produção de serviços no volume global de produção do país, se efetuou pela maior incorporação de pessoas no setor, porém com taxas decrescentes de produto por trabalhador (Tabela 3)¹⁹. Porém em 1994, tendo em vista as taxas de crescimento relativamente mais acentuadas do produto do setor primário, como vimos, aumentou a participação do produto gerado por estas atividades, em detrimento da representatividade do setor terciário. Isto se verificou porque estas atividades de serviços no início da década de noventa, absorveram de modo mais intenso um contingente elevado de trabalhadores, porém na sua maior parte de baixa qualificação, cuja remuneração e produtividade se mostraram inferiores relativamente.

¹⁹ Para maiores detalhes veja-se Kon (1992), opus cit., p. 100.

É necessário observar-se que as transformações estruturais para o global do país, foram menos drásticas do que nas regiões polarizadoras, como por exemplo em São Paulo, pólo centralizador de desenvolvimento, onde desde o início do período analisado, a representatividade da produção de serviços era acima de 78% no ano de 1950, para uma participação de quase 14% do Secundário, e à medida do crescimento da importância relativa da produção industrial nesta região, a participação dos serviços decresceu acentuadamente, pois no ano de 1980, esta composição era respectivamente de 53% e 34%²⁰.

Se examinarmos o produto do trabalhador como indicador da produtividade setorial, retratado na Tabela 3²¹, observamos no entanto que as taxas médias anuais de crescimento no setor de serviços esteve sempre abaixo da média global do país, em todo o período, o que confirma as constatações de que apesar das taxas consideráveis de aumento de trabalhadores - que em períodos recessivos ou de menor nível de atividades ultrapassam consideravelmente as do setor secundário - o produto gerado cresceu menos que proporcionalmente, em virtude de que o setor terciário absorve parcela representativa de ocupados com baixa qualificação, em ocupações de menor remuneração e pouca intensidade de capital. Haja vista que nos anos posteriores a partir de 1984, em que se observou certa retomada nas atividades econômicas em relação ao período de crise do início da década de oitenta, a produtividade dos serviços apresentou maior taxa de decréscimo, embora os demais setores também tenham apresentado queda deste indicador. Se no período de maior crescimento industrial do final da década de sessenta até 1980 estas atividades absorviam de forma mais significativa a mão-de-obra liberada pelas atividades rurais, em toda a década de oitenta, o aumento de trabalhadores no setor de serviços esteve consideravelmente acima em relação ao setor manufatureiro.

²⁰ *Ibidem*, p. 97.

²¹ Não foram disponíveis dados mais atualizados da PEA por setor.

Tabela 3

Taxas anuais de crescimento do produto por trabalhador e da PEA, segundo os setores.

Brasil

1950-89

(%a.a)

SETORES	1950-60	1960-70	1970-80	1980-83	1983-89
PIB/PEA	4,7	2,6	4,5	-0,3	-2,7
Primário	2,8	2,9	5,4	0,3	-0,6
Secundário	6,5	2,3	2,0	1,8	-1,1
Terciário	3,2	1,0	3,0	0,9	-4,7
PEA	2,9	2,7	3,8	5,9	3,8
Primário	1,8	1,0	0,01	1,7	1,1
Secundário	2,3	4,6	7,3	6,6	2,6
Terciário	5,2	4,0	5,5	8,2	5,7

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e IBGE.

De fato, o exame da Tabela 4 nos revela que a diminuição da população ocupada no setor rural foi efetuada a partir da absorção mais intensa de trabalhadores no setor de serviços que no ano de 1990 já absorvia acima da metade da mão-de-obra brasileira.

Tabela 4

Distribuição da população ocupada segundo os setores

Brasil

1970-90

(%)

SETORES	1970	1980	1990
TOTAL	100	100	100
Primário	44,3	30,0	22,8
Secundário	17,9	15,5	22,7
Terciário	37,8	44,6	54,5

Fonte: IBGE.

2.2 A composição dos gêneros de serviços

Para os serviços como um todo, como observamos, as taxas de crescimento anuais revelaram-se em torno de 7% de 1950-70, e pouco abaixo de 10% na década de setenta, para apresentarem crescimento moderado em torno de 3% na década de oitenta. O exame da evolução dos gêneros de serviços separadamente, no entanto, revela comportamentos diferenciados entre estes, resultando em transformações na composição setorial no tempo, como se verifica na Tabela 5. A dificuldade de informações consistentes para um período anterior a 1970 para o global do país, limitou a análise a partir deste ano, que refletia uma fase de rápida aceleração das atividades.

Como visualizado na tabela, no início do período de maior crescimento da produção global do país, no ano de 1970, a participação das atividades do Comércio era superior a dos demais gêneros, e juntamente com a Administração Pública e os Aluguéis, representavam em torno de 60% do produto gerado pelos serviços. Nas décadas seguintes, embora crescendo em termos reais, a produção gerada pelos serviços comerciais, foi perdendo relativamente a importância na participação, quando comparado ao comportamento dos demais gêneros.

No ano de 1980, as atividades das Instituições Financeiras, aumentaram sua representatividade, tendo em vista que no período revelaram crescimento acelerado da produtividade não apenas face ao papel de intermediação entre poupanças e investimentos, ou no financiamento do processo de produção, mas também com a introdução da informatização nestes serviços. Os serviços a apresentarem maior crescimento na participação neste ano foram os englobados no setor denominado Demais Serviços, e que incluem serviços pessoais e domiciliares, de reparação, e demais serviços auxiliares às

Tabela 5
Composição do PIB do Setor Terciário segundo os gêneros
Brasil
1970-94

(%)

GÊNEROS	1970	1980	1983	1990	1994
TOTAL	100	100	100	100	100
Comércio	22,3	17,4	11,1	11,5	12,4
Transportes	7,7	7,8	6,3	6,2	7,5
Comunicações	1,9	2,1	2,1	2,1	2,4
Atividades Financ.	15,7	22,0	20,0	19,4	15,9
Administr. Pública	13,1	12,6	18,4	18,7	18,2
Aluguéis	14,5	16,9	23,0	22,9	11,7
Demais Serviços	24,8	21,2	19,1	19,2	31,9

Fontes: IBGE.

empresas. Os gêneros de Administração Pública e o produto gerado pelos aluguéis, por sua vez, perderam relativamente representatividade em um montante considerável. No ano de 1992, a elevação da participação dos Demais Serviços e a queda da produção das Instituições financeiras e da Administração Pública refletiram o período recessivo dos primeiros anos da década, face às políticas governamentais da nova gestão presidencial iniciada em 1990. Já no ano de 1990, a composição setorial mostrava novas transformações, com a continuação da queda de representatividade do produto gerado pelo Comércio e de Demais Serviços e elevação da importância relativa dos aluguéis, da produção das Instituições Financeiras e da Administração Pública. A representatividade dos gêneros no ano de 1994, revela mudanças consideráveis na distribuição do produto, desde que revelou-se uma forte tendência de queda da representatividade das Instituições Financeiras e dos aluguéis como contrapartida à elevação da participação do comércio e dos Demais Serviços.

Estas diferentes composições do produto, são resultados das taxas amplamente diferenciadas de crescimento anual do produto, para os diversos gêneros, dada a heterogeneidade da natureza destas atividades, como vimos com diferentes intensidades

de capital e conseqüente produtividade, e ainda que reagem de forma diversa aos impactos das políticas públicas e privadas conjunturais.

A Tabela 6 nos mostra as diferentes taxas de crescimento anual do produto dos gêneros de serviços. Observa-se inicialmente que a maior dinâmica de crescimento se verifica nas atividades de Comunicações, que em todo o período revelaram taxas consideravelmente elevadas, inclusive nos anos de maior estagnação econômica de 1980-83, tendo em vista o crescimento elevado do produto por trabalhador, causado pela continuidade da introdução da informática nos processos produtivos. Neste período observou-se uma taxa negativa e próxima a zero de evolução global do Terciário, representada particularmente pela queda do produto do Comércio, dos Transportes e dos Demais Serviços. Porém as Atividades Financeiras e a Administração Pública revelaram um crescimento positivo do produto. As primeiras atividades, tendo em vista a maior velocidade de automatização dos serviços observou também um aumento considerável do produto por trabalhador, ao lado do crescimento da taxa de lucro associado aos juros elevados e à elevação das aplicações financeiras em detrimento da diminuição de investimentos produtivos. Apenas no início da década de noventa até 1994, é que se observou um decréscimo no crescimento anual do produto destas atividades, tendo em vista as políticas econômicas de estabilização do governo Collor e posteriormente com o Plano Real, que repercutiram negativamente sobre as taxas de lucro destas atividades. Por sua vez, de um crescimento relativo pouco superior a 2% ao ano do produto da Administração Pública na década de oitenta, observou-se uma queda na produtividade deste gênero nos anos noventa, como decorrência das políticas de contenção salarial por um lado e de afastamentos e restrições a novas contratações de funcionários por outro lado. Os demais gêneros de serviços apresentaram no início dos anos noventa, um crescimento moderado do produto, porém inferior ao período de relativa recuperação econômica que se verificou nos anos oitenta após a crise de 1983.

Tabela 6

Taxas reais de crescimento anual do PIB do Setor Terciário, segundo os gêneros

Brasil

1970-94

(%a.a)

GÊNEROS	1970-80	1980-83	1983-90	1990-94
TOTAL	9,5	-0,4	3,9	2,3
Comércio	8,3	-3,3	2,2	2,4
Transportes	11,2	-0,7	4,5	3,3
Comunicações	21,2	13,5	14,0	12,3
Atividades Financeiras	...	5,5	1,3	-4,4
Administração Pública	...	2,2	2,1	1,5
Demais Serviços	...	-2,4	5,1	0,3

Fontes: Fundação Getúlio Vargas e IBGE

No que se refere ao crescimento anual da população ocupada nos serviços nas décadas de setenta e oitenta, como se observa na Tabela 7, nesta última década as atividades de Transportes e Comunicações e de Demais Serviços (que inclui as Atividades Financeiras e Serviços às Empresas) apresentaram taxas relativamente inferiores à década anterior, o que evidencia o crescimento da produtividade anteriormente citado, enquanto que o Comércio, as Atividades Sociais (incluindo Saúde e Educação) e a Administração Pública ainda absorveram um montante considerável de ocupados, revelando um crescimento entre 6% a 7% ao ano. A não disponibilidade de informações posteriores desagregadas para os gêneros do Terciário, impede a constatação da situação atual.

Tabela 7

Taxas anuais de crescimento da população ocupada no Terciário segundo os gêneros

Brasil

1970-90

(%a.a)

GÊNEROS	1970-80	1980-90
Total	5,4	6,0
Comércio	6,0	7,1
Transportes e Comunicações	3,8	3,2
Atividades Sociais	7,3	6,2
Administração Pública	4,1	6,1
Demais Serviços	6,6	4,5

Fonte: IBGE.

A composição dos ocupados no setor de serviços, como mostrada na Tabela 8, mostra a relevância do Comércio na absorção de trabalhadores que vem crescendo relativamente desde os anos setenta e atinge quase 1/4 do total do Terciário. Também relevante e crescente é a participação das Atividades Sociais (públicas e privadas), que além da Saúde e Educação, engloba atividades sem fins lucrativos como sindicatos, clubes culturais e esportivos, atividades religiosas, ONG's (Organizações Não Governamentais dedicadas ao serviço público). O decréscimo da participação da população ocupada nos Transportes e Comunicações mostrada para o ano de 1990, não está associado à perda de sua importância na geração de produto, ao contrário, como vimos revela maior produtividade relativamente. Para as atividades englobadas como Demais Serviços, não foi possível a desagregação por gêneros em maior detalhe de forma compatibilizada, e desta forma são incluídas conjuntamente desde atividades de Serviços Pessoais, Domésticos e outras mais tradicionais e de menor produtividade e geração de produto, até os gêneros dinâmicos de Atividades Financeiras e Serviços às Empresas. É previsível para o período posterior a 1990, uma transformação nesta composição, particularmente no que se refere à representatividade dos ocupados na Administração Pública, que deverá mostrar uma queda relativa.

Tabela 8

Distribuição da população ocupada no Terciário segundo os gêneros
Brasil

1970-90 (%)

GÊNEROS	1970	1980	1990
Total	100	100	100
Comércio	20,3	21,4	23,6
Transportes e Comunicações	11,1	9,6	7,2
Atividades Sociais	13,2	15,8	16,0
Administração Pública	10,8	9,1	9,2
Demais Serviços	44,6	44,1	44,0

Fonte: IBGE

2.3 A distribuição regional dos serviços

A observação em âmbito regional da distribuição dos serviços no país, pode ser efetivada a partir da participação da população ocupada em cada gênero, como visualizada na Tabela 9. O Quociente de Especialização Regional, indica o grau de intensidade da população ocupada em determinado setor em cada região, em relação à média global do país. Assim, se a média corresponde à unidade, os quocientes situados acima ou abaixo de 1 indicam respectivamente maior ou menor nível de fornecimento daqueles serviços na região, com relação à média, e o grau de afastamento da média.

Salienta-se inicialmente que a análise da divisão espacial da população ocupada brasileira, nos dá conta de que as maiores concentrações de trabalhadores se localizam nas regiões que apresentam as maiores divergências em termos de desenvolvimento econômico, ou seja, no Nordeste se aloca quase 27% dos trabalhadores do país, contribuindo com cerca de 12% do PIB nacional e na região do estado de São Paulo, que ocupa quase 24% das pessoas, gerando acima de 39% do produto do país.

Na região de São Paulo observa-se considerável especialização relativa de quase todas as atividades, com exceção das agropecuárias e da Indústria Extrativa Mineral. Os serviços nesta região, apresentam a maior concentração regional de trabalhadores, quase 26% do global do setor Terciário brasileiro, e se examinarmos os diversos gêneros, constata-se participações acima de 1/4 dos ocupados do país, com exceção do setor de Administração Pública, e particularmente nos gêneros mais modernos de Atividades Financeiras e Serviços Auxiliares às Empresas esta representatividade supera 1/3 dos ocupados. Os QEsj deste estado e do Rio de Janeiro, apresentam-se superiores à unidade em todos os gêneros de serviços, com exceção para a Administração Pública e Demais Serviços (correspondentes aos serviços pessoas e domiciliares) de São Paulo. Esta maior especialização em relação à média do país, reflete economias de aglomeração, que tornam estas regiões polarizadoras do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o Nordeste, apesar da elevada concentração de trabalhadores, apresenta quocientes abaixo da unidade em quase todos os gêneros de serviços, com exceção da Administração Pública (que reflete uma “política de clientela” mais intensa,

apresentando também os maiores afastamentos negativos em relação à média. Estes indicadores refletem a falta de dinamismo do setor de serviços neste espaço, embora em termos de representatividade das pessoas ocupadas, esta região revele uma concentração pouco inferior a São Paulo e acima das demais regiões do país.

O Centro-Oeste, apresenta indicadores superiores à unidade no setor Terciário, refletindo a especialização de serviços da capital do país, como é possível observar-se pelo quociente das atividades de Administração Pública, que apresenta o maior afastamento da média entre os serviços de todas as regiões. Por sua vez, as regiões do Sul e a que engloba Minas Gerais e Espírito Santo, embora apresentem indicadores inferiores à unidade, situam-se próximos à média nacional, revelando um grau intermediário de desenvolvimento no fornecimento de serviços. Com relação à região Norte, a concentração de trabalhadores em relação às demais regiões é pequena, situando-se em média em 4% no setor Terciário. No entanto os QEsj apresentam-se consideravelmente superiores à unidade, com exceção das Atividades Financeiras, indicando o dinamismo dos serviços de apoio à Zona Franca de Manaus.

Salienta-se inicialmente que a análise da divisão espacial da população ocupada brasileira, nos dá conta de que as maiores concentrações de trabalhadores se localizam nas regiões que apresentam as maiores divergências em termos de desenvolvimento econômico, ou seja, no Nordeste se alocam quase 27% dos trabalhadores do país, contribuindo com cerca de 12% do PIB nacional e na região do estado de São Paulo, que ocupa quase 24% das pessoas, gerando acima de 39% do produto do país.

Na região de São Paulo observa-se considerável especialização relativa de quase todas as atividades, com exceção das agropecuárias e da Indústria Extrativa Mineral. Os serviços nesta região, apresentam a maior concentração regional de trabalhadores, quase 26% do global do setor Terciário brasileiro, e se examinarmos os diversos gêneros, constata-se participações acima de 1/4 dos ocupados do país, com exceção do setor de Administração Pública, e particularmente nos gêneros mais modernos de Atividades Financeiras e Serviços Auxiliares às Empresas esta representatividade supera 1/3 dos ocupados. Os QEsj deste estado e do Rio de Janeiro, apresentam-se superiores à unidade em todos os gêneros de serviços, com exceção para a Administração Pública e

Demais Serviços (correspondentes aos serviços pessoas e domiciliares) de São Paulo. Esta maior especialização em relação à média do país, reflete economias de aglomeração, que tornam estas regiões polarizadoras do desenvolvimento econômico.

TABELA 9

Distribuição Regional da População Ocupada Segundo os Setores - Brasil

	Distribuição setorial da população ocupada (%)							Quociente de Especialização Regional (QEsj) ¹						
	RJ	SP	S	MG ES	NE	CO	N ²	RJ	SP	S	MG- ES	NE	CO	N ²
PRIMÁRIO	1,6	7,4	22,7	15,5	45,3	61,0		0,17	0,31	1,32	1,21	1,70	0,93	0,33
SECUNDÁRIO	10,2	35,8	16,5	11,6	17,9	5,1	2,9	1,07	1,51	0,96	0,91	0,67	0,72	0,97
Ind. Transform.	9,7	42,0	16,4	10,1	16,0	3,3	2,5	1,02	1,77	0,95	0,79	0,60	0,46	0,83
Construção	11,5	24,1	17,0	14,8	21,6	7,5	3,4	1,21	1,02	0,99	1,16	0,81	1,06	1,13
Outras	10,6	13,8	14,6	15,6	23,3	15,7	6,4	1,12	0,58	0,85	1,22	0,87	2,21	2,13
TERCIÁRIO	12,8	25,7	15,1	12,1	22,2	8,2	4,0	1,35	1,08	0,88	0,95	0,83	1,15	1,33
Comércio	10,3	26,0	16,8	11,4	23,5	7,7	4,3	1,08	1,10	0,98	0,89	0,88	1,08	1,43
Transp. Comun.	2,3	28,4	15,7	12,4	19,8	7,1	4,3	1,29	1,20	0,91	0,97	0,74	1,00	1,43
Ativ. Financeiras	14,5	37,9	15,5	9,7	12,1	7,9	2,5	1,53	1,60	0,90	0,76	0,45	1,11	0,83
Serviços Sociais	12,3	24,9	14,1	11,9	25,2	7,6	4,1	1,29	1,05	0,82	0,93	0,94	1,07	1,37
Adm. Pública	12,1	19,4	14,3	10,1	26,9	11,4	5,7	1,27	0,82	0,83	0,79	1,01	1,61	1,90
Serv. Reparação	12,0	29,0	14,4	11,1	20,7	8,8	3,6	1,31	1,22	0,84	0,87	0,78	1,24	1,20
Serv. Aux. Empr.	15,1	33,6	14,8	11,3	14,2	7,6	3,4	1,59	1,42	0,86	0,88	0,53	1,07	1,13
Demais Serviços	14,3	23,1	14,7	13,9	22,1	8,3	3,5	1,51	0,97	0,85	1,09	0,83	1,17	1,17
TOTAL	9,5	23,7	17,2	12,8	26,7	7,1	3,0	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: IBGE - PNAD/1989 - Tabulação Especial.

1 $QEsj = Xsj/Xj$, sendo Xsj a distribuição regional da população ocupada no setor de atividades s do país, e Xj a representatividade da população ocupada total da região j em relação ao país.

2 Exclui zona rural.

Por outro lado, o Nordeste, apesar da elevada concentração de trabalhadores, apresenta quocientes abaixo da unidade em quase todos os gêneros de serviços, com exceção da Administração Pública (que reflete uma “política de clientela” mais intensa), apresentando também os maiores afastamentos negativos em relação à média. Estes indicadores refletem a falta de dinamismo do setor de serviços neste espaço, embora em termos de representatividade das pessoas ocupadas, esta região revele uma concentração pouco inferior a São Paulo e acima das demais regiões do país.

O Centro-Oeste, apresenta indicadores superiores à unidade no setor Terciário, refletindo a especialização de serviços da capital do país, como é possível observar-se pelo quociente das atividades de Administração Pública, que apresenta o maior afastamento da média entre os serviços de todas as regiões. Por sua vez, as regiões do Sul e a que engloba Minas Gerais e Espírito Santo, embora apresentem indicadores inferiores à unidade, situam-se próximos à média nacional, revelando um grau intermediário de desenvolvimento no fornecimento de serviços. Com relação à região Norte, a concentração de trabalhadores em relação às demais regiões é pequena, situando-se em média em 4% no setor Terciário. No entanto os QEsj apresentam-se consideravelmente superiores à unidade, com exceção das Atividades Financeiras, indicando o dinamismo dos serviços de apoio à Zona Franca de Manaus.

2.4. A estruturação ocupacional nos serviços

A Tabela 10 retrata a distribuição de ocupados nos vários gêneros de serviços, em grupos ocupacionais específicos²², segundo a alocação dos ocupados dentro ou fora de empresas, e nestas, segundo a atuação como Dirigente (administradores, gerentes, proprietários), na área da produção direta de serviços ou na área da administração, segundo o nível de qualificação.

Observando-se as diferenças na distribuição ocupacional brasileira, entre os gêneros de serviços, verifica-se que os trabalhadores autônomos estão localizados com maior concentração no comércio e em serviços de reparação e auxiliares às empresas, em toda a década de oitenta. O ano de 1983, correspondeu ao período de pico da crise econômica da década, em que se observou considerável estagnação e liberação de pessoas ocupadas dos setores industriais, por um lado, e do setor agrícola em função da seca que assolou o Nordeste. Neste ano, a representatividade de trabalhadores nas ocupações dos gêneros acima mencionados esteve consideravelmente acima do que nos anos posteriores, indicando que estes setores acolhem com maior intensidade os trabalhadores por conta própria vindos de outros setores. Haja vista que nos serviços

²² A definição da tipologia ocupacional adotada na pesquisa encontra-se detalhada em Kon, Anita, Padrões e Condicionantes da Estruturação Ocupacional Brasileira: uma Abordagem inter-regional, Fea/USP, Tese de Doutorado, 1990, mimeo.

de reparação quase 40% dos ocupados exerciam atividades de forma autônoma e no Comércio aproximadamente 1/3.

Nas empresas, a concentração maior de ocupados se verifica em ocupações que exigem semi-qualificação, sendo que na área da produção direta de serviços, os gêneros de Transportes e Comunicações (63,4%), Serviços de Reparação (54%) e Comércio (38,7%) apresentavam em 1989 as maiores representatividades, e na área administrativa as Atividades financeiras (34,5%), a Administração Pública (40%) e os Serviços Auxiliares às empresas (28,5%). Observa-se nestas atividades que a concentração no ano de 1983 foi consideravelmente inferior nos serviços de Comércio e de Reparação das empresas, o que é contrabalançado com a maior participação em ocupações autônomas destas atividades, como vimos.

Observando-se as diferenças na distribuição ocupacional brasileira, entre os gêneros de serviços, verifica-se que os trabalhadores autônomos estão localizados com maior concentração no comércio e em serviços de reparação e auxiliares às empresas, em toda a década de oitenta. O ano de 1983, correspondeu ao período de pico da crise econômica da década, em que se observou considerável estagnação e liberação de pessoas ocupadas dos setores industriais, por um lado, e do setor agrícola em função da seca que assolou o Nordeste. Neste ano, a representatividade de trabalhadores nas ocupações dos gêneros acima mencionados esteve consideravelmente acima do que nos anos posteriores, indicando que estes setores acolhem com maior intensidade os trabalhadores por conta própria vindos de outros setores. Haja vista que nos serviços de reparação quase 40% dos ocupados exerciam atividades de forma autônoma e no Comércio aproximadamente 1/3.

Observando-se as diferenças na distribuição ocupacional brasileira, entre os gêneros de serviços, verifica-se que os trabalhadores autônomos estão localizados com maior concentração no comércio e em serviços de reparação e auxiliares às empresas, em toda a década de oitenta. O ano de 1983, correspondeu ao período de pico da crise econômica da década, em que se observou considerável estagnação e liberação de pessoas ocupadas dos setores industriais, por um lado, e do setor agrícola em função da seca que assolou o Nordeste. Neste ano, a representatividade de trabalhadores nas ocupações dos gêneros acima mencionados esteve consideravelmente acima do que

nos anos posteriores, indicando que estes setores acolhem com maior intensidade os trabalhadores por conta própria vindos de outros setores. Haja vista que nos serviços de reparação quase 40% dos ocupados exerciam atividades de forma autônoma e no Comércio aproximadamente 1/3.

Nas empresas, a concentração maior de ocupados se verifica em ocupações que exigem semi-qualificação, sendo que na área da produção direta de serviços, os gêneros de Transportes e Comunicações (63,4%), Serviços de Reparação (54%) e Comércio (38,7%) apresentavam em 1989 as maiores representatividades, e na área administrativa as Atividades financeiras (34,5%), a Administração Pública (40%) e os Serviços Auxiliares às empresas (28,5%). Observa-se nestas atividades que a concentração no ano de 1983 foi consideravelmente inferior nos serviços de Comércio e de Reparação das empresas, o que é contrabalançado com a maior participação em ocupações autônomas destas atividades, como vimos.

Entre os Dirigentes, a participação nos serviços de Comércio, Reparação, Atividades Financeiras e auxiliares às Empresas, é consideravelmente acima da média global da economia, o que nem sempre corresponde a métodos mais modernos de organização, como se verifica em países mais avançados, mas sim à difusão de pequenas empresas baseadas particularmente no trabalho do proprietário do capital. Apenas nas Atividades Financeiras esta representatividade superior corresponde a uma modernização. Haja vista que a representatividade dos qualificados nas empresas não é representativa, com exceção dos Serviços Sociais, onde acima da metade dos ocupados na produção direta se aloca nesta categoria correspondendo a ocupações na área do Ensino e Saúde.

TABELA 10
Estruturação Ocupacional no setor de serviços - Brasil
1983-89

(%)

Categorias Ocupacionais	Comércio		Transporte Comun.		Ativid. Financ.		Serviços Sociais		Administ. Pública		Serviços Reparc.		Serv. Auxil. às Emp.		Demais Serviços	
	1983	1989	1983	1989	1983	1989	1983	1989	1983	1989	1983	1989	1983	1989	1983	1989
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Empregados	67,4	76,9	97,4	97,3	94,7	100	95,8	96,7	100	100	60,6	72,6	84,4	92,0	26,0	36,0
Dirigentes	10,8	14,2	2,9	4,5	9,8	12,1	3,9	5,2	6,6	6,4	9,1	12,2	8,3	11,3	3,1	4,7
Produção ¹																
Total	40,5	44,4	82,0	77,5	21,8	31,8	63,2	64,6	25,4	30,5	46,7	55,9	34,0	39,9	14,8	9,6
Q	0,4	0,5	2,2	3,0	1,5	1,2	52,7	53,4	6,5	6,4	0,4	0,4	6,8	15,6	0,8	1,2
SQ	35,1	38,7	70,4	63,4	20,2	30,4	9,6	10,6	16,7	18,4	44,9	54,0	23,0	21,1	11,2	15,8
NQ	5,0	5,2	9,4	11,1	0,1	0,2	0,9	0,6	2,2	5,7	1,4	1,5	4,2	3,2	2,8	2,6
Administração ¹																
Total	16,1	18,3	12,5	15,3	63,1	56,1	28,7	26,9	68,0	63,1	4,8	4,5	42,1	40,8	8,1	11,7
Q	1,2	1,5	2,1	3,0	10,7	11,0	0,9	0,8	12,3	12,3	0,2	0,2	4,5	3,6	0,2	0,3
SQ	12,1	13,1	7,8	8,9	41,0	34,5	15,2	14,3	45,6	40,0	1,5	1,9	30,8	28,6	1,1	1,7
NQ	2,8	3,7	2,6	3,4	11,4	10,6	12,6	13,8	10,1	10,8	3,1	2,4	6,8	8,5	6,8	9,7
CONTA-PRÓPRIA																
Total	32,5	23,1	2,6	2,7	5,3	-	4,1	3,3	-	-	39,3	27,3	15,5	8,0	24,0	18,3
PL	-	-	-	-	-	-	2,6	2,3	-	-	-	-	8,4	1,4	-	-
Outros	32,5	23,1	2,6	2,7	5,3	-	1,5	1,0	-	-	39,3	27,3	7,1	6,6	24,0	18,3
SERVIÇO DOMÉSTICO	0,1	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	0,1	-	0,1	-	50,6	45,7
PARTICIPAÇÃO SETORIAL	10,6	11,3	3,7	3,5	2,6	2,5	7,4	8,8	4,1	4,8	2,3	2,9	2,5	3,2	14,6	14,8

Fonte: IBGE - PNADs 1983 e 1989, Tabulações Especiais

¹ Q = Qualificados; SQ = Semi-qualificados; NQ = Não-qualificados; PL = Profissionais Liberais

2.5. A composição ocupacional dos trabalhadores autônomos

Os trabalhadores autônomos ou por Conta Própria, constituem uma parcela do mercado Informal da economia, conforme definido pelos enfoques mais recentes sobre informalidade²³. As abordagens encontradas na literatura, definem as causas da informalidade sejam como: a) originadas a partir do excedente de mão-de-obra do setor formal; b) conseqüentes das falhas do sistema legal e político ou na regulamentação da economia por parte do Estado; e c) resultantes do próprio processo de acumulação capitalista, como uma forma de organização da produção subordinada e intersticial.

As abordagens sobre informalidade salientam a facilidade de entrada, a atuação em mercados não regulamentados e competitivos, os processos produtivos com tecnologia

²³ Para maiores detalhes a respeito das abordagens sobre o setor Informal, veja-se Cacciamali (1990) e Chully (1992).

simples e baixas remunerações. Nessas condições, o trabalhador encontra uma alternativa para o desemprego aberto. Esta visão pode ser criticada no caso dos trabalhadores autônomos, desde que verifica-se que a escolha para o trabalho por conta própria, muitas vezes antecede a condição de desemprego e por outro lado encontram-se entre estes ocupados os que são detentores de qualificação e conhecimentos técnicos especializados, de alta sofisticação e renda.

Um segundo enfoque, considera as atividades informais como situadas à margem da legalidade, por não cumprirem leis e regulamentações estabelecidas no âmbito econômico, sejam fiscais, trabalhistas, financeiras, cambiais ou outras que se relacionam à produção e circulação dos bens e serviços. Correspondem estas atividades à economia subterrânea ou paralela. Embora seja possível encontrar-se entre os autônomos uma parcela considerável que se encontra nessa situação, no entanto estas condições não correspondem completamente à toda a gama de produção por conta própria, observando-se parcela que trabalha legalmente fornecendo serviços muitas vezes com registros contábeis, e pagando impostos como autônomos.

Em uma última - adotada como conceito para este estudo - o setor informal é definido como um conjunto de formas de produzir bens e serviços organizado pelo produtor direto, de posse de seus instrumentos de trabalho, seja em trabalho individual, seja com ajuda de trabalho familiar ou de alguns ajudantes. Entre estas formas de produção informal apresenta-se uma tipologia composta de cinco modalidades de unidades produtivas: a) empresas quase capitalistas (pequenos produtores que têm o apoio de trabalho remunerado de forma regular); b) empresas familiares ou trabalhadores autônomos (excluindo os profissionais liberais independentes); c) trabalhadores por conta própria subordinados; d) pequenos vendedores de serviços; e) serviços domésticos remunerados.

No âmbito das ocupações exercidas de forma autônoma, portanto, encontram-se além das conceituadas como formas de organização da produção em que o produtor é possuidor dos instrumentos de trabalho e portanto detentor de um capital, outras formas em que o trabalhador vende seus serviços ou mercadorias diretamente ao consumidor (final ou intermediário), com práticas de trabalho individualistas. Neste sentido, a presente

análise volta-se para estes ocupados informais não alocados em empresas, e dedicados a trabalhos por conta própria, discriminados nos itens b), c), d) e e), porém incluindo os Profissionais Liberais. Os ocupados dedicados aos serviços domésticos remunerados, podem ser considerados autônomos desde que não prestam serviços às empresas, embora no Brasil revelem requisitos e comportamentos próprios que requerem um exame separadamente dos outros autônomos, como por exemplo, a possibilidade de obter a residência e alimentação no lugar do trabalho, como formas de pagamento em espécie, e a possibilidade de Carteira de Trabalho assinada.

Esta conceituação mais recente de informalidade descrita pela literatura, admite que estas formas de produção estão articuladas e subordinadas à produção capitalista, em vários graus, desde o simples preenchimento de um espaço no mercado, permitido pela produção capitalista, sem qualquer exploração por parte desta última, até formas mais diretas de subordinação, em que o capital extrai um excedente, como por exemplo, quando o autônomo presta serviços a uma empresa capitalista. Embora em grande parte dos casos a produção autônoma esteja inserida no conjunto da pequena produção não tipicamente capitalista, onde a propriedade dos meios de produção e o trabalho estão associados, a subordinação ao setor capitalista está presente, não apenas quando da prestação de serviços e venda de produtos a uma empresa capitalista, mas também porque é neste setor que é gerada a maior parte da renda do consumidor final e parte dos insumos produtivos a serem empregados na produção autônoma. Este enfoque, contrariamente aos anteriores, salienta a idéia de uma considerável heterogeneidade destas atividades, tanto no nível de qualificação da mão-de-obra, quanto no grau de uso dos instrumentos de produção e no acesso ao tipo de estrutura de mercado.

Embora a condição de autônomo possa ser decidida independentemente da condição de desemprego, é observado que as limitações na capacidade de geração de empregos do setor capitalista (Formal ou Informal), seja como aspecto estrutural de uma economia, seja como situação conjuntural, refletem-se consideravelmente na magnitude e na composição das atividades autônomas. No entanto, o âmbito deste artigo é delimitado à análise da composição ocupacional dos autônomos, e portanto às questões relacionadas à interrelação destas atividades com as condições globais do emprego da economia não são tratadas.

A evolução histórica na composição dos grupos de ocupações, no decorrer do processo de desenvolvimento econômico brasileiro a partir da década de cinquenta, mostrou que a participação dos autônomos em relação aos demais ocupados foi maior nos anos de 1960 e 1970, não obstante terem sido períodos de ampliação de oportunidades de emprego nas empresas. Haja vista que o processo de substituição de importações então revelando grande dinamismo, propiciou taxas médias de crescimento anual do produto em torno de 6,8%. Isto se verificou tendo em vista que neste período, o processo de modernização no campo liberou trabalhadores de atividades rurais, que em um primeiro momento engrossaram o número de conta próprias nas regiões de origem e em outras, via migração.

No período a partir de 1980, de desaceleração da produção econômica, a participação de autônomos no setor rural diminuiu aumentando na zona urbana, face à maior ampliação de ocupações ligadas a setores formais ou informais urbanos, que continuaram a atrair a mão-de-obra do campo. Ressalte-se que nesta década, apesar da velocidade de expansão da ocupação global do país ser ligeiramente inferior à da década passada, a incorporação da força de trabalho em empregos assalariados continuou uma tendência geral histórica de ampliação. Assim a participação dos conta própria (incluindo-se as ocupações de Serviço Doméstico remunerado) que em 1960 era de 35% do global de ocupados, decresceu gradativamente até atingir 24,4% em 1980 e 23,7% em 1989²⁴. As pesquisas empíricas que examinaram o mercado de trabalho do país para o período de crise após 1980 até 1983, nos dão conta de que as políticas governamentais de estabilização então verificadas, tiveram maior impacto na estruturação ocupacional através da diminuição relativa de empregados com carteira assinada e crescimento dos assalariados sem carteira (particularmente urbanos), que superou até mesmo o crescimento da representatividade dos autônomos no global, embora estes tenham revelado um aumento absoluto no número de trabalhadores. No entanto, no período de recuperação econômica após 1984, embora a economia tenha observado taxas positivas de evolução do produto e do emprego, a taxa de crescimento do número ocupados autônomos superou a dos assalariados sem carteira²⁵.

²⁴ Veja-se Kon (1990), opus cit. Capítulo 5.

²⁵ O número de trabalhadores autônomos teve um crescimento médio anual de 1981 a 1990 de 3,5%, enquanto que os assalariados sem carteira assinada observaram uma taxa de 3,4% e os com carteira de 3,6%.

O exame da distribuição setorial dos autônomos no final da década de oitenta, como pode ser visualizada na Tabela 11, revela que a maior concentração destes trabalhadores localizava-se no setor Terciário da economia (44,6%), particularmente no chamado setor de Demais Serviços (20,7%) - que engloba atividades de Serviços Pessoais e Domiciliares, de confecção e conservação do vestuário, de limpeza e conservação de edifícios, de vigias e guardas, e de diversões e artísticos - e no Comércio (15,3%). As atividades rurais também têm representatividade significativa (39%), enquanto que nas atividades da Indústria, a maior participação é de ocupações da Construção Civil, representadas por pouco acima de 10% do global de autônomos.

TABELA 11

Composição dos trabalhadores autônomos por gênero de serviços- Brasil
1989

(%)

Setor	Gênero*	Participação no gênero			Participação na economia		
		H	M	T	H	M	T
SERVIÇOS		55,2	44,8	100,0	33,1	78,4	44,6
Comércio		71,5	28,5	100,0	14,6	17,0	15,3
Transp. e Comunic.		99,5	0,5	100,0	0,7	-	0,6
Ativ. Financeiras		100,0	-	100,0	0**	-	0**
Serviços Sociais		50,4	49,6	100,0	1,2	3,3	1,7
Serv. Reparação		99,3	0,7	100,0	6,4	0,1	4,8
Serv. Aux. Empresas		57,1	42,9	100,0	1,2	2,7	1,6
Demais Serviços		32,2	67,8	100,0	9,0	55,2	20,7
TOTAL ECONOMIA		74,5	25,5	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PNAD/1989, Tabulação Especial.

* H = Homens; M = Mulheres; T = Total.

** Próximo a zero.

A composição por gênero, revela que do total de autônomos da economia, quase 3/4 são do sexo masculino, no entanto observa-se ampla diversidade entre os setores. As atividades localizadas no setor de Transportes e Comunicações e nos Serviços de Reparação, são em sua quase que totalidade exercidas por homens; também no Comércio acima de 70% dos ocupados pertencem a este sexo. Apenas nos Demais Serviços a

representatividade feminina é superior, de quase 68%, enquanto que nos Serviços Sociais e nos Serviços Auxiliares às Empresas, embora ainda predomine o sexo masculino, a participação entre os gêneros é mais equilibrada.

Observando-se a partir de outro ponto de vista, verifica-se que do total de homens que trabalham por conta própria, quase a metade exerce atividades no setor rural e 1/3 no Terciário. Entre as mulheres acima de 78% estão nas atividades de serviços, e entre estas mais de 55% nos Demais Serviços.

Uma análise mais detalhada sobre a distribuição ocupacional destes autônomos nos respectivos setores, como retratada na Tabela 12, nos mostra que acima de 90% dos trabalhadores exercem ocupações como semi-qualificados na área da produção direta de bens e serviços. Nesta categoria ocupacional a Indústria e a zona rural alocam acima de 99% dos seus autônomos. Embora no setor Terciário esta representatividade seja menor, ainda é significativa (quase 82%) porém entre os diferentes serviços a diversidade é maior.

Os não-qualificados da área da produção, que representam menos de 6% do global de autônomos, e ocupam-se como estivadores, carroceiros, tropeiros, bilheteiros e outros trabalhadores braçais, participam com maior intensidade (95%) no setor de Transportes, porém também apresentam participação considerável, com mais de 41%, em Outras Atividades Industriais (particularmente na Extração Mineral), acima de 22% no Comércio e quase 13% nos Serviços Auxiliares às Empresas. Nos demais setores, a participação desta categoria é relativamente pouco significativa.

TABELA 12

Participação dos autônomos por categoria ocupacional, segundo o gênero de serviços
- Brasil (%)

Categoria Gêneros	PL	PQ	PSQ	PNQ	AD	Total	SD
TERCIÁRIO	3,2	2,7	81,5	12,0	0,5	100,0	-
Comércio	-	-	76,4	22,4	1,2	100,0	-
Transp. e Comun.	-	-	4,8	95,2	-	100,0	-
Ativ. Financeiras	-	-	100,0	-	-	100,0	-
Serviços Sociais	68,7	14,0	17,2	-	-	100,0	-
Serviços Reparação	-	0,1	97,1	2,8	-	100,0	-
Serv.Aux. Empresas	16,3	17,7	49,6	12,9	3,4	100,0	-
Demais Serviços	-	3,2	91,5	5,3	-	100,0	100,0
TOTAL ECONOMIA	1,4	1,2	91,3	5,8	0,2	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PNAD/1989, Tabulação Especial.

Uma maior heterogeneidade nos níveis de qualificação é encontrada no setor de Serviços Auxiliares às Empresas, onde os Profissionais Liberais participam com pouco acima de 16% e agregam engenheiros, arquitetos, agrimensores, químicos, físicos, geólogos, agrônomos, geógrafos, matemáticos, estatísticos, economistas, contadores, advogados, jornalistas, entre outros. Os qualificados de nível técnico da área da produção, com uma representatividade de quase 18%, correspondem a decoradores, fotógrafos, técnicos da química/física, em Meteorologia, avaliadores, leiloeiros, etc. A maior representatividade que como vimos é dos semi-qualificados da produção, que ocupam a metade das atividades autônomas do setor, refere-se às ocupações de corretores de imóveis, desenhistas e outras mal definidas. Neste setor, as ocupações da área da Administração englobam apenas pouco acima de 3% dos autônomos em atividades de secretárias, datilógrafas, e outros auxiliares de escritório.

Nos Serviços Sociais que agregam as atividades de Saúde, Ensino e outras sem fins lucrativos, quase 69% dos autônomos são Profissionais Liberais, em sua maior parte ligados à Saúde (médicos, odontólogos, veterinários, psicólogos, etc.) e ao ensino

particular. Por outro lado, os qualificados de nível técnico, que referem-se a enfermeiros, parteiras, protéticos e professores particulares, representam 14% destas atividades; os demais semi-qualificados referem-se a outros ocupados em atividades de assistência e beneficiência, sindicatos, associações de classe, entidades culturais, religiosas e desportivas.

Os Demais Serviços, apresentam apenas pouco acima de 3% de qualificados da produção, representados por atletas e artistas de todas as modalidades. A grande maioria de semi-qualificados da produção (acima de 91%), agregam garçons e outros atendentes do setor de restaurantes, cabeleireiros, barbeiros, manicures, serviços de confecção e outros serviços pessoais e domiciliares (os serviços domésticos remunerados são considerados à parte destes autônomos).

As ocupações de serviços domésticos remunerados, que como vimos apresentam características próprias que exigem um exame separado dos demais autônomos, são tipicamente femininas e correspondem a quase 7% do global da população ocupada do país e a 28% dos autônomos; as remunerações médias declaradas, que se situam em um Salário Mínimo, correspondem ao salário em moeda, não incluindo as remunerações em espécie.

O exame da distribuição setorial dos trabalhadores por conta própria no país revela a condição de subordinação ao setor capitalista da economia, desde que observa-se a existência de uma representatividade considerável de ocupações em setores que fornecem serviços e insumos para as demais empresas produtivas. Além dos Serviços Auxiliares às Empresas, que têm a função específica de atender ao setor produtor da economia, particularmente nos de Transportes e dos Serviços de Reparação, parte da produção é fornecida como insumo às demais empresas. Por outro lado a maior parte dos autônomos fornecem produtos e serviços às Famílias, caracterizando também uma subordinação à capacidade de consumo decorrente da renda originada prioritariamente nas empresas, desde que estas absorvem cerca de 3/4 dos ocupados da economia.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de serviços no país, embora pouco diversificada, era relativamente muito representativa no contexto econômico global, anteriormente ao período de industrialização. Nas fases de ampliação acelerada do setor Secundário, as atividades terciárias se diversificam, atendendo a funções complementares às demais, porém em períodos recessivos, estes serviços continuam a crescer, embora apresentando produtividade negativa considerável, tendo o papel de amortecedor das taxas de desemprego nas fases de crise conjuntural.

Os vários gêneros de serviços apresentam uma heterogeneidade superior à dos demais setores, no que se refere à diversidade da natureza econômica que englobam serviços “modernos” e “tradicionais”. Como consequência, apresentam diferentes comportamentos e impactos como resultado das políticas governamentais levadas a efeito, apresentando no decorrer do tempo, constantes transformações na representatividade setorial no contexto do setor Terciário.

O comportamento regional da evolução da produção dos serviços é consideravelmente diferenciado. Nas regiões mais avançadas do país a evolução dos serviços foi mais rápida e heterogênea e os serviços apresentam maior especialização em relação às demais regiões constituindo as economias de aglomeração que detêm papel fundamental no processo de desenvolvimento dos espaços polarizados²⁶.

Por outro lado, no período aqui analisado da década de setenta, a existência de uma infra-estrutura de serviços no Estado de São Paulo, que gerava economias externas e altas taxas de retorno aos investimentos industriais, atraiu para esta região investimentos em indústrias de base ou de bens de consumo. Paralelamente, o progresso tecnológico se introduz com maior intensidade nos serviços da região nesse período, não apenas modernizando setores tradicionais, como também criando uma gama de novos serviços complementares. A capacidade de ampliação das atividades informais absorvedora de mão-de-obra menos qualificada, por sua vez, resultou em taxas elevadas de crescimento

²⁶ Para maiores detalhes, consulte-se Kon (1992), opus cit.

do produto terciário em períodos de evolução econômica, porém contribuiu ainda com taxas positivas nos períodos recessivos.

O progresso tecnológico acarretou também em mudanças estruturais consideráveis tanto na composição setorial da economia como um todo, observando-se que o setor terciário apresentou, de 1960 a 1993, uma representatividade superior a 50%, atingindo cerca de 56% neste último ano. Estas mudanças estruturais também são significativas internamente ao setor. Convém destacar que, em nível nacional, essas transformações, embora ocorrentes, foram menos drásticas.

A evolução do setor terciário está fortemente ligada à liberação e absorção de mão-de-obra dos outros setores econômicos, em como ao ritmo de expansão e modernização das atividades industriais que exigem uma rede de serviços complementares. Os pólos dinâmicos que concentram uma infra-estrutura básica dos serviços que acarretam economias externas, fornecem também serviços a atividades e à população que se situam fora do limite geográfico da região.

Por outro lado, o setor de serviços engloba atividades bastante diversificadas por sua natureza econômica, que podem demandar uma ampla gama de combinações no que se refere à relação capital-trabalho, mesmo entre atividades de um mesmo gênero. Dessa forma, o setor como um todo, tem a capacidade de apresentar taxas positivas de evolução do produto gerado, mesmo em período de recessão econômica, embora alguns setores revelem taxas consideravelmente negativas de evolução nestes períodos.

IV. BIBLIOGRAFIA

- ARIDA, Pérsio (org.) *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da Crise*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- BRUM, Argemiro J., *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Ed. Vozes, S Paulo, 1986.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, *Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*, Série Ensaio Econômicos, n. 26, IPE/USP, 1983.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, “Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta”, em *Anais do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, ABET, São Paulo, 1991.
- CACCIAMALI, M. C. e Lacerda, G.N., “Processo de ajustamento, Emprego Público e Diferenciações Regionais no Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 80”, em Lavinas e outros (org.), *Integração, região e Regionalismo*, Bertrand Brasil ed., 1994.
- CANO, W., *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Unicamp, 1975.
- CHULLY, Juan B, Nunura, *Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989*, FEA/USP, Tese de Doutorado, 1992, mimeo.
- ECALLE, François, *L’Economie des Services*, Presses Universitaires de France, 1989.
- FARIA, Vilmar, “Mudanças na composição do emprego e na estrutura de ocupações”, em *A Transição Incompleta: o Brasil desde 1945*, org. por Bacha e Kleir, Edit. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- FUCHS, Victor, *The Service Economy*, National bureau of Economic Research, NY, 1968.
- GERSHUNY, Jonathan I., “The Future of Service Employment”, em Giarini, O. *The Emerging Service Economy*, Pergamon Press, Oxford, 1987.

- GIANESI, Irineu G.N. e CORREA, Henrique Luiz, *Administração Estratégica de Serviços*, Atlas, 1994.
- GIARINI, Orio, *The Emerging Service Economy*, Pergamon Press, Oxford, 1987.
- HEILBRUN, Janes, *Urban Economics and Public Policy*, St. Martin Press, New York, 1987.
- IRONS, Ken, *Managing Service. Strategies for Success*, The Economist Intelligence Unit, London, 1991.
- KAGEYAMA, A. A. e SILVA, J.G. “Os resultados da modernização agrícola nos anos 70”, *Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol.13, n. 3, 1983.
- KON, Anita, *Padrões e Condicionantes da Estruturação Ocupacional Brasileira: uma abordagem inter-regional*, FEA/USP, Tese de doutorado, 1990.
- KON, Anita, *A Produção Terciária*, Editora Nobel, São Paulo, 1992.
- KON, Anita, “Setor Terciário Paulista, Desenvolvimento e Estagnação” em *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, Vol. 6, N.3, Jul-Set/1992.
- LAVINAS, Lena e outros, *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Edit. Hucitec, São Paulo, 1993.
- MESSERLIN, Patrick e SAUVANT, Karl (org.) *The Uruguay Round. Services in the World Economy*, The world Bank / The International Bank of Reconstruction and Development, Washington, 1990.
- MURDOCK, Robert e outros, *Services Operation Management*, Allyn and Bacon, Boston, 1990.
- NORMANN, Richard, *Service Management, Strategy and Leadership in Service Business*, John Wiley & Sons Ltd., NY, 1989.

- OLIVEIRA, Gesner e Toledo, Celso, *The Brazilian Economy Under the Real: Prospects for Stabilization and Growth*, Texto para discussão n. 43, EAESP/FGV, 1994.
- O'SULLIVAN, Arthur, *Urban Economics*, Irwin Inc., USA, 1993.
- SERRA, José, *Orçamento no Brasil: as Raízes da Crise*, Atual Editora, S. Paulo, 1994.
- SNAYDER, C.A., COX, J.F. e JESSE Jr., R.R., "A Dependent Demand Approach to Service Organization Planning and Control", *Academy of Management Review*, Vol. 7, No. 3, July/1982.
- SOUZA, Shyrlene Ramos de, "A força de trabalho e os setores de atividade: uma análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990", em *Anais do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, ABET, São Paulo, 1991.
- TAVARES, Maria da Conceição, (org.) *A Economia Política da Crise*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1984.
- ZEINTHAML, V., PARASURAMAN, A. e BERRY, L.L., "Problems and Strategies in Service Marketing", *Journal of Marketing*, Vol. 49, No. 2, Spring/1985.
- ZOCKUN, Maria Helena P. e outros, "Fontes de Variação da Massa Salarial no Brasil: o Impacto de Políticas Recentes", em *O Mercado de Trabalho no Brasil*, IPE/USP, 1986.

RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS PUBLICADOS PELO NPP:

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1995

Proteção do Consumidor: um Estudo Comparativo Internacional
Gisela Black Taschner

Reconstruindo o Estado: Gestão de Organizações e Serviços em Processo de Mudança
Marta Ferreira Santos Farah

A Economia Política da Corrupção : o Escândalo do Orçamento
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Parques e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
José Carlos Barbieri

Regiões Metropolitanas Brasileiras: Índices de Diferenciação
Anita Kon

As Atividades Culturais no Eixo da Avenida Paulista
Heitor Frugoli Junior

O Ensino da Psicologia no Curso de Administração: como Trabalhar em Pequenos Grupos Favorecendo a Relação de Equipes
Ideli Domingues

Cultura da Vizinhaça: Identidade Individual e Vida Urbana
Marina Heck

Sistema de Informações para a Gestão Ambiental
José Delazaro Filho

Análise da Contribuição da Revista de Administração (1947-1992) na Evolução do Campo de Conhecimento em Administração Pública
Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Emprego na Teoria Econômica
Domingo Zurrón Ocio

A Ética na Propaganda
Maria Cecília Coutinho de Arruda

Terceirização em Informática
Jaci Correa Leite

Como Decidem os Administradores Financeiros sobre Custo e Estrutura de Capital das Empresas no Brasil
William Eid Júnior

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1996

A Avenida Paulista como Pólo de Expressões Públicas e Coletivas na Cidade de São Paulo
Heitor Frugoli Junior

Identidade e Vínculos numa Oficina de Marcenaria
Ricardo Rocha Brito Bresler

Análise das Propostas dos Cursos de Administração Pública no Brasil em Função da Evolução do Campo de Conhecimento

Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Jovem Administrador
Maria José Tonelli

Fronteiras da Nova Economia Institucional
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Conversas com Economistas Brasileiros
José Márcio Rego

Uma Investigação Empírica sobre a Moderna Teoria Financeira
William Eid Júnior

Modelos Ortodoxos de Inflação Alta: uma Análise Crítica
Luiz Antônio de Oliveira Lima

Impactos Profissionais e Políticos da Internacionalização da Ciência Econômica no Brasil
Maria Rita Garcia Loureiro Durand

Organizações Não-Governamentais na (Re)Construção da Sociedade Civil no Brasil: (Dinâmicas, Sujeitos e Vinculações entre Público e Privado nos Anos 90)
Ricardo Toledo Neder

Mercado de Capitais e Financiamento Privado para o Desenvolvimento
Guillermo R. Tomás Málaga Butron

Deve Gênero ser incluído nas Políticas Públicas para as Áreas Urbanas
Leda Maria Vieira Machado

A Reestruturação Produtiva e o Surgimento de um Novo Padrão de Ação Sindical no Brasil
Glauco Arbix

Encomendas: Livraria Prefeito Faria Lima

Av. Nove de Julho, 2029 - Térreo

01313-902 São Paulo SP Brasil
